

# DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, franca de porte, bem como os periódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.  
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano . . . . . 18000 | Anúncios, por linha . . . . . 60  
Ditas por semestre . . . . . 10000 | Comunicados e correspondências, por linha. . . . 60  
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40  
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

## SUMÁRIO

### SENADO DA REPÚBLICA PORTUGUESA:

Aviso de que a primeira sessão se realizará no dia 22 do corrente.

#### MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Rectificações a despachos pela Direcção Geral da Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.  
Portarias de 15 de Fevereiro:

Louvando o cidadão Fernando Formigal de Morais por serviços relevantes prestados à instrução popular.

Determinando que as disposições do decreto de 6 de Janeiro, sobre matriculas no 4.º ano do curso de habilitação para o magistério secundário, sejam extensivas a todos os bacharéis formados pelas extintas Faculdades de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra que concluíram já os respectivos cursos em menos ou mais de quatro anos.

Autorizando a Irmandade de Santo Ovidio, de Pafe, e a Misericórdia de Chaves, a aplicarem parte dos seus fundos a determinadas despesas.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.

Decreto de 27 de Janeiro, revalidando o de 18 de Março de 1911, que determinou que dois oficiais de marinha em serviço nos Observatórios da Horta e Ponta Delgada continuassem naquelas comissões.

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.

Despachos pela Direcção Geral de Saúde, sobre movimento de pessoal.

#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos criando e alterando postos de registo civil.

Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

Despachos e rectificações a despachos sobre constituição de comissões concelhias de administração de bens das igrejas.

#### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Decretos de 10 de Fevereiro:

Provendo o cargo de chefe do pessoal menor da Administração da Caixa Geral de Depósitos.

Regulando a forma de cobrança da contribuição de registo por título oneroso devida em partilhas extra-judiciais de bens imobiliários excedentes ao valor da respectiva cota hereditária.

Despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal.

Estatística comparativa do rendimento das alfândegas nos meses de Dezembro de 1910 e 1911.

Acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

#### MINISTÉRIO DA MARINHA:

Despachos pela Majoria General da Armada, sobre movimento de pessoal.

Despachos pela Administração dos Serviços Fabris, sobre movimento de pessoal.

#### MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despacho suspendendo do exercício das respectivas funções um architecto e dois condutores dos serviços da obras públicas.

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.

Portarias de 8 de Fevereiro, reconhecendo como proprietários legais os descobridores de quatro minas de ferro situadas no concelho de Alvaizere.

Portaria de 9 de Fevereiro, abrindo concurso para adjudicação de três minas situadas no distrito de Castelo Branco.

Portaria de 14 de Fevereiro, concedendo licença para a exploração das águas minero-medicinais denominadas Águas da Mina, do lugar da Amadora, no concelho de Oeiras.

Relações de pedidos de registos nomes, patentes e desenhos.

Despachos pelo Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, sobre movimento de pessoal.

Habilitações para levantamento de créditos.

#### CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, proposta de lei mandando proceder à chamada para manifesto de trigo serôdio próprio para semente, existente para venda, a fim de ser distribuído pelos lavradores que o requisitarem.

#### AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Imprensa Nacional de Lisboa, anúncio para arrematação de uma nuar.

Alfândega de Lisboa, anúncio para obras de reparação dum automóvel; aviso acerca do leilão de mercadorias.

Arsenal da Marinha, anúncio para arrematação de carvão de pedra.

Escola de Medicina Veterinária, anúncio de concurso para provimento do lugar de farmacêutico do respectivo hospital.

Exploração das Matas Nacionais, anúncio para venda de lenha e rama de pinheiros.

Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

#### AVISOS E PUBLICAÇÕES.

#### ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

#### SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 46 — Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 12 de Fevereiro.

## SENADO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Faz-se público que a primeira sessão desta câmara há-de realizar-se na próxima quinta-feira, 22, à hora regimental, sendo a ordem do dia a continuação da que estava dada.

Senado, em 15 de Fevereiro de 1912.—O Primeiro Secretário, António Bernardino Roque.

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

### Direcção Geral da Administração Política e Civil

Para os efeitos convenientes se publica, devidamente rectificado, o seguinte despacho:

Fevereiro 10

Bacharel Alvaro Júdice — exonerado do cargo de substituto do auditor administrativo do distrito de Faro, por haver incompatibilidade entre elle e o secretário geral do governo civil do mesmo distrito, de quem é parente próximo.

Secretaria do Ministério do Interior, em 15 de Fevereiro de 1912.—O Director Geral, Ricardo Paes Gomes.

### Direcção Geral da Instrução Primária

#### 2.ª Repartição

Fernando Formigal de Morais doou ao Estado uma instalação escolar muito valiosa na vila de Cintra, composta dum valioso edificio e de bom material escolar.

E como a benemerência praticada por aquele ilustre cidadão deve ser tornada pública e como incentivo ao civismo dos que vem na instrução popular o melhor meio do engrandecimento da República: manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro do Interior, que seja publicamente louvado aquele benemérito cidadão.

Paços do Governo da República, em 15 de Fevereiro de 1912.—O Ministro do Interior, Silvestre Falcão.

#### 3.ª Repartição

Por despacho de 7 do corrente, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 10 do mesmo mês:

Providos temporariamente os seguintes professores primários classificados em primeiro-lugar nos respectivos concursos:

Albano Henriques Barreto, diplomado pela Escola de Castelo Branco, com a classificação de 16 valores — na escola da freguesia sede do concelho de Proença-a-Nova, círculo escolar da Certa.

Madalena de Oliveira, diplomada pela Escola do Porto, com a classificação de 14 valores — na escola para o sexo feminino (2.º lugar), da freguesia de Lourosa, concelho e círculo escolar da Feira.

Laura Marques Ferreira, diplomada pela escola de Aveiro, com a classificação de 18 valores — na escola para o sexo feminino do lugar de Costa do Valado, freguesia de Oliveirinha, concelho e círculo escolar de Aveiro.

José de Azevedo da Cunha Velho, diplomado pela Escola de Braga, com a classificação de 12 valores — na escola da freguesia de Bouças, concelho de Melgaço, círculo escolar de Valença.

Maria Pires Janela, diplomada pela Escola da Guarda, com a classificação de 17 valores — na escola para o sexo feminino da freguesia de Rendo, concelho do Sabugal, círculo escolar da Guarda.

Transferidos, precedendo concurso, os seguintes professores primários para as escolas abaixo designadas:

António Santiago, da escola de Souro Pires, concelho de Pinhel — para a de Freixedas, concelho e círculo escolar de Pinhel.

Luis Aniceto da Silva, da escola do lugar de Santos, freguesia e concelho de Mação — para a escola central da freguesia e sede do concelho e círculo escolar de Torres Novas.

Custódio Sequeira da Silva, da escola sede do concelho de Póvoa de Varzim — para a do Prado (segundo lugar), concelho de Vila Verde, círculo escolar de Amares.

António de Andrade Rebelo, da escola da freguesia de Ferreirim, concelho de Sernancelhe — para a A dos Francos, concelho e círculo escolar de Caldas da Rainha.

Por haver saído com inexactidão no Diário do Governo n.º 37 e 38, de 14 e 15 do corrente, novamente se publicam os seguintes despachos:

Por despacho de 3 do corrente, com o visto de 7 do mesmo mês:

Isaura Teixeira de Lara, professora primária da escola do sexo masculino da freguesia de Chavões, concelho de Tabuaço — transferida, precedendo concurso, para a escola mixta do lugar de Cabris, freguesia de Sindim, concelho e círculo escolar de Tabuaço.

Por despacho de 20 de Janeiro último, com o visto de 25 do mesmo mês:

Cláudia dos Anjos Ferreira de Miranda, diplomada pela escola de Vila Rial, com a classificação de 15 valores — provida temporariamente na escola para o sexo feminino (2.º lugar) da freguesia sede do concelho e círculo escolar de Vila Pouca de Aguiar.

Por despacho de 15 do corrente mês:

Virgínia Marramaque Soares, professora da escola mixta de Arouquelas, freguesia de S. João da Ribeira, concelho de Rio Maior, círculo escolar de Santarém — exonerada, a seu pedido.

Exonerados, por abandono de lugar, os seguintes professores primários:

Adília de Assunção Mesquita, professora da escola para o sexo feminino da freguesia de Ovil, concelho de Baião, círculo escolar de Amarante.

Emília Aurora Morais de Carvalho, professora da escola para o sexo feminino da freguesia de Serra de El-Rei, concelho de Peniche, círculo escolar das Caldas da Rainha.

Conceição Rodrigues, antiga professora-ajudante da escola para o sexo masculino da freguesia sede do concelho de Valongo, círculo escolar de Penafiel.

Declarado sem efeito o despacho de 9 de Janeiro último, publicado no Diário do Governo n.º 31, que colocou Albertina da Conceição de Sousa na escola mixta da freguesia de Santa Marta, concelho e círculo escolar de Vila Pouca de Aguiar.

Levantada a suspensão que havia sido imposta ao professor da escola primária do lugar da Boavista, freguesia de Pousos, concelho e círculo escolar de Leiria, João Vieira, nos termos do artigo 50.º do decreto de 24 de Dezembro de 1901, publicado no Diário do Governo n.º 241, devendo ser abonados todos os vencimentos que deixou de receber desde a suspensão.

Anulado o despacho de 5 de Janeiro último, publicado no Diário do Governo n.º 30, que colocou Henriqueta da Costa Fernandes na escola feminina da freguesia de Maiorga, concelho de Alcobaga.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 15 de Fevereiro de 1912.—O Director Geral, Leão Azêdo.

### Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

#### 1.ª Repartição

Atendendo ao que lhe foi requerido por alguns bacharéis formados pela extinta Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, que, tendo concluído os seus cursos em menos ou mais de quatro anos, pretendem matricular-se nas cadeiras do 4.º ano do curso de habilitação para o magistério secundário de matemáticas, sciências físico-químicas e histórico-naturais e desenho, criado pelo decreto de 3 de Outubro de 1902:

Manda o Governo da República Portuguesa que o disposto no n.º 1.º do decreto de 6 de Janeiro do corrente ano seja extensivo a todos os bacharéis formados pelas extintas Faculdades de Matemática e de Filosofia da Universidade de Coimbra, que concluíram já os respectivos cursos em menos ou mais de quatro anos.

Paços do Governo da República, em 15 de Fevereiro de 1912.—O Ministro do Interior, Silvestre Falcão.

#### 3.ª Repartição

Tendo sido determinado, em decreto de 18 de Março do ano findo, que continuem a prestar serviço nos observatórios da Horta e Ponta Delgada o primeiro tenente José Pacheco da Costa Salema e o segundo tenente Gustavo Adolfo de Medeiros;

Tendo o Conselho Superior da Administração Financeira do Estado recusado o visto a este decreto, com o fundamento na resolução do mesmo Conselho de não visar despachos com data anterior à abertura e funcionamento